

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE
UNIDADE ACADÊMICA DE GARANHUNS - UAG
CURSO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

Izabela Elias Correia de Melo

**A INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS EM UMA SALA DO
ENSINO FUNDAMENTAL**

Garanhuns
2018

Izabela Elias Correia de Melo

A INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS EM UMA SALA DO ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Garanhuns.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Norma Abreu e Lima Maciel de Lemos Vasconcelos.

Garanhuns
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Ariano Suassuna, Garanhuns-PE, Brasil

M528i Melo, Izabela Elias Correia de
A inclusão de estudantes surdos em uma sala do
ensino fundamental / Izabela Elias Correia de Melo. –
2018.

46 f. : il.

Orientadora: Norma Abreu e Lima Maciel de Lemos
Vasconcelos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Departamento de Pedagogia, Garanhuns, BR-PE, 2018.

Inclui referências

1. Surdos - educação 2. Educação inclusiva 3. Inclusão
escolar 4. Prática de ensino I. Vasconcelos, Norma Abreu e
Lima Maciel de Lemos, orient. II. Título

CDD 371.912

Izabela Elias Correia de Melo

A INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS EM UMA SALA DO ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Garanhuns.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Norma Abreu e Lima Maciel de Lemos Vasconcelos - UFRPE-UAG
Orientadora

Prof^a. Dra. Juliana Galindo de Oliveira Pontes - UFRPE-UAG
Examinadora interna

Sônia Maria Pereira de Lima - GRE
Examinadora externa

AGRADECIMENTOS

No decorrer desses últimos quatro anos de jornada acadêmica, muito tenho à agradecer. Primeiramente, à **DEUS** agradeço pela vida, pela sabedoria e persistência. Agradeço por não desistir de mim, por me ensinar que os desafios existem, e eles nos fazem mais fortes. Agradeço por cada dificuldade que tive que enfrentar, por cada lágrima derramada, por cada renúncia... Foram esses obstáculos que hoje me fizeram mais forte, me fizeram acreditar que nada é possível sem esforços.

Aos **meus pais**, que sempre foram minha inspiração, que com um jeitinho peculiar torciam e vibravam com minhas conquistas, a eles, minha eterna gratidão.

À minha filha **Júlia**, peço desculpas pela minha ausência, por tantas vezes que tive que abrir mão da sua companhia por trabalhos e atividades, que por muito tempo consumiam minha disposição e paciência. Peço-te perdão por não ter sido a melhor mãe nesses últimos anos, mas tenha certeza, tudo que faço é pensando em nosso melhor.

Hoje, tenho ainda mais motivos para agradecer, sua vinda, minha pequena **Izadora!** Você foi minha inspiração para conclusão desse trabalho!!!

Ao meu esposo **Thiago**, que esteve sempre ao meu lado, me ajudando, incentivando e dando a força necessária para continuar. Obrigada pela cooperação, companheirismo, pelo seu amor, carinho, tua alegria, atenção, por tudo que você fez e faz por mim.

Aos colegas de sala, agradeço pelos saberes e tardes compartilhadas. **Magda, Ivany** - a Diva das sobranceiras e **Andréa** saibam que sentirei saudade de vocês.

Um agradecimento especial à **Fernanda**, minha dupla, que esteve comigo em todos os momentos da graduação, incentivando e alegrando minhas tardes. Companheira de viagens, de seminários e relatórios, estará sempre em meu coração.

Agradeço a cada professor, pelos ensinamentos e inspirações.

Agradeço à todos que conheci durante esses anos. À **Aline** (monitora), agradeço por toda colaboração, por todas as vezes que me socorreu quando precisei.

À **Norma**, minha orientadora, meu sincero muito obrigada! Obrigada por ser mais do que orientadora. Obrigada por tranquilizar, e por transmitir uma paz necessária na construção deste trabalho, tornando-o mais leve.

Agradeço a banca examinadora pela disponibilidade e contribuições para este trabalho, em especial à professora Juliana, sempre tão meiga e com palavras que nos motivaram ao longo da caminhada acadêmica.

Obrigada!
Obrigada!
Deus, obrigada, eu consegui!

“Quando perdemos o direito de ser diferentes, perdemos o privilégio de ser livres”

Charles Evans Hughes

RESUMO

Este trabalho propõe apresentar a discussão a respeito da inclusão de estudantes surdos em uma turma de 2º ano do ensino fundamental, teve como objetivo geral: analisar como se configura o processo de inclusão de estudantes surdos no ensino fundamental, e como específicos buscamos identificar as práticas inclusivas no processo de interação destes estudantes surdos com os colegas da sala, analisar a concepção da professora quanto às dificuldades em desenvolver práticas inclusivas voltadas para esse público específico e identificar as dificuldades de comunicação dos estudantes surdos com os demais. Configura-se como pesquisa de campo com abordagem qualitativa, uma vez que teve a observação e a entrevista semiestruturada como instrumentos de coleta de dados, realizada em uma sala de 2º ano do ensino fundamental, composta por 20 alunos, destes, 3 (três) eram surdos, em uma escola do município de Garanhuns-PE. A partir da análise dos dados coletados, foi possível compreender que mesmo os estudantes surdos estando inseridos na sala de aula fundamental, não garante de fato a inclusão, pois o contexto no qual se encontram não oferta condições necessárias para seus desenvolvimentos, seja intelectual ou social.

Palavras-chave: Estudante surdo. Inclusão. Interação.

ABSTRACT

This work aims to present a discussion about deaf students inclusion at a 2^o class in a fundamental teaching. It had as general objective to analyze how the process of inclusion of deaf students is and as an especific objective it aims identify the practices inclusives in the interation process from this deaf students with their classmates, observe the teacher's conception about the difficults to develop specific and inclusive activities to this public, besides identify the difficults to communication between the deaf students and the others. This work is a field research with a qualitative aproach, since observations and interviews were made based with instruments like colect data, made in a class from 2^o class in the elementary school, where there are twenty students, between them, there are three deaf, in a school in Garanhuns - PE. From the analisys of the data collection, it was possible to understand that even if the deaf students are in the fundamental class, it doesn't assure their inclusion, therefore the enviroment where they are doesn't offer the subsidies necessaries for development, wheter intellectual or social.

Key-words: Inclusion. Students.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 A INCLUSÃO EDUCACIONAL DA PESSOA SURDA	9
2.1 UM POUCO SOBRE A PESSOA SURDA	13
2.2 A INCLUSÃO E A SALA DE AULA COM ESTUDANTES SURDOS	18
3 METODOLOGIA.....	23
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	24
3.2 O CAMPO DA PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO.....	25
3.3 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	26
4 ANÁLISE DE DADOS	27
4.1 OBSERVAÇÃO EM SALA DE AULA.....	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICES	42

1 INTRODUÇÃO

A inserção da pessoa com deficiência, ao sistema fundamental de ensino ganhou força com a difusão da Constituição Federal, sancionada em 1988, estabelecendo que o atendimento educacional especializado, ocorra preferencialmente na rede fundamental de ensino (BRASIL, 1988).

A discussão ganha mais intensidade na década de 1990 com a conferência Mundial de Educação Especial, realizada em Salamanca, em 1994, dando origem a um importante documento a respeito da inclusão, a Declaração de Salamanca. Segundo Mayor (1994, pág. 03):

Foi inspirado pelo princípio da inclusão e pelo reconhecimento da necessidade de atuar com o objetivo de conseguir “escolas para todos” – instituições que incluam todas as pessoas aceitem as diferenças, apoiem a aprendizagem e respondam às necessidades individuais. Como tal, constituem uma importante contribuição ao programa que visa a Educação para Todos e a criação de escolas com maior eficácia educativa.

Percebe-se que atualmente, falar em inclusão já não provoca as mesmas reações de quinze ou vinte anos atrás. É perceptível o grande avanço que as pessoas com deficiência tiveram na sociedade, mesmo ainda estando distante do que se espera para o pleno desenvolvimento, seja no âmbito educacional quanto social, mas a partir do momento em que conhecemos as necessidades do outro com deficiência, ficamos mais próximo de atendê-las, permitindo, assim, sua inclusão ao meio. Nessa perspectiva, a escola, por ser uma das instituições disseminadoras de valores e socializadora de saberes, assume papel fundamental nesse processo. Inclusive, com o advento da promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) de 2015, que busca assegurar as condições de igualdade às pessoas com deficiência.

No que se refere à surdez, nota-se que pesquisas e discussões relacionadas ao tema estão cada vez mais presentes na sociedade e no meio acadêmico, mesmo que os direitos da pessoa surda estejam em sucessivos avanços, ainda é perceptível a exclusão vivenciada por este grupo, onde se acredita que o principal fator esteja associado com a falta de comunicação

Esta pesquisa partiu do interesse em buscar conhecer e compreender um pouco desse universo em que a surdez se encontra. O convívio familiar com

pessoas surdas – irmã e primas, e as discussões geradas ao ingressar na Universidade, foram imprescindíveis na escolha da área de pesquisa, fazendo assim despertar o interesse em entender melhor o universo da pessoa surda, tentando melhorar tanto na comunicação, quanto na interação.

É sabido que a inclusão do estudante surdo na escola deve garantir a permanência, acompanhado de igualdade de oportunidades, bem como, a garantia de um ensino de qualidade respeitando suas especificidades, com professores capacitados para atender as necessidades educacionais dos estudantes.

E nessa perspectiva, tendo a inclusão para pessoa surda como fator essencial para seu desenvolvimento, levantou-se o seguinte questionamento: como acontece o processo de inclusão de estudantes surdos em uma sala de 2º ano do fundamental, e para tal questão, objetivamos analisar como se configura o processo de inclusão de estudantes surdos no ensino fundamental, identificar práticas inclusivas no processo de interação entre os estudantes surdos com seus pares e professores, analisar a concepção da professora quanto às dificuldades em desenvolver práticas inclusivas voltadas à esses estudantes e por fim, identificar as dificuldades de comunicação dos estudantes surdos com os demais.

As contribuições teóricas deste trabalho estão apoiadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1961) e (1996), na Lei de Libras 10.436 e o Decreto 5.526, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015) no que se refere à inclusão da pessoa com deficiência, Lacerda e Lodi (2014), Lopes (2007), Padilha (2014) relacionam inclusão à educação da pessoa surda e formação inicial do professor, Souza (2009), Oliveira (1997) discutem a inserção do aluno surdo na sala fundamental, Oliveira (1997) traz concepções vigostskyana sobre a mediação, entre outros.

Portanto, o trabalho se apresenta, inicialmente abordando um pouco do processo de inclusão da pessoa com deficiência na história, após, os avanços de acordo com as Leis, buscando situar o leitor a respeito do assunto, a próxima seção, é apresentado concepções sobre a pessoa surda e suas peculiaridades, a terceira seção discute a inclusão e a sala de aula com estudantes surdos, abordando a importância da participação da família no contexto escolar, traz também a importância do intérprete e instrutor de Libras no processo de aprendizagem do aluno surdo, assim como, a relevância como mediador quanto ao

ensino/aprendizagem, em seguida é apresentado os aspectos metodológicos da pesquisa, a análise de dados e para finalizar as considerações finais e referências.

2 A INCLUSÃO EDUCACIONAL DA PESSOA SURDA

Na Constituição Federal Brasileira, no artigo 205, temos que a educação é um “direito de todos e dever do Estado e da família”, dessa forma, todas as pessoas devem está incluídas nesse espaço.

No entanto, na história da educação nem sempre foi assim, as pessoas que eram consideradas fora do padrão de normalidade eram internadas, afastadas do convívio social, viviam escondidas e, portanto não frequentavam as escolas, chegando até a serem assassinadas na idade média.

Como aponta Walber e Silva (2006, p.30) os gregos já praticavam eliminação de pessoas que não tinham o corpo em perfeito estado, os romanos faziam sacrifícios com as crianças deficientes, apenas com a ascensão do cristianismo, houve uma mudança.

As idéias de eliminação compulsória de bebês com deficiência passaram a ser condenadas. O direito à vida passou a ser defendido pelos cristãos, pois as mulheres, as crianças e pessoas entendidas como “diferentes” passaram a ser consideradas “filhos de Deus” e donos de uma alma e, conseqüentemente, humanos.

Mas ainda havia a ideia de caridade e castigo, proteção e segregação na época. Segundo as autoras:

A partir do século XVI começa a haver um deslocamento das práticas de cuidado com pessoas com deficiência. A deficiência passa a ser um problema médico e não somente assistencial, embora uma lógica assistencialista continue presente nesse novo modelo. (WALBER; SILVA, p.32).

Práticas assistencialistas que até os dias atuais há nas escolas, com o excessivo cuidado com a pessoa com deficiência com a visão de incapacidade e também de cura, devido à visão médica que sempre buscou a normalidade das pessoas, buscando a sua cura.

Em relação à denominação das pessoas com deficiências, elas foram transformadas de acordo com o tempo, chamados desde excepcionais, inicialmente na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1961 até os dias atuais, através da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015, em que são chamadas de

peças com deficiência e ainda de uma forma mais específica de acordo com a atual LDB (1996) em seu artigo 58, destacam-se os termos “educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

No campo educacional, em relação às legislações, surgiram alguns marcos importantes acerca da inclusão, como a Conferência Mundial da Educação para Todos realizada em Jomtien, em 1990, como marco das políticas públicas que buscava satisfazer as necessidades de aprendizagem de todos, estabelecendo, por exemplo, em seu artigo 1º, que “Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem”, que também deve ser “proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades”.

Como política internacional, temos também Declaração de Salamanca que reconheceu o direito e a necessidade de toda a criança ao acesso a educação, valorizando assim, as necessidades, características e habilidade de cada estudante. São políticas que têm fortes influências orientando e determinando as políticas nacionais, em nível também estadual e municipal e que deve estar presente nos documentos oficiais buscando garantir os direitos aos cidadãos.

Como já mencionado, a constituição traz a educação como dever do Estado e da família e direito de todos, e a lei de diretrizes e bases da educação nacional de 1998 (LDB), que traz também um capítulo sobre a educação especial, afirmando que:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede fundamental de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (...) Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola fundamental, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

Ou seja, por lei, como modalidade de ensino que deve ser oferecida preferencialmente no ensino fundamental, sendo assim, realizada dentro de um sistema de educação inclusivo.

A escola inclusiva deve receber todos, legalmente, ela não pode negar o acesso à matrícula a nenhuma criança, valendo salientar que a inclusão não

corresponde apenas à pessoa com deficiência, mas todas as pessoas, independente de cor, sexo, religião, entre outras.

A inclusão possibilita também que os estudantes possam desenvolver a interação, para que todos possam aprender com as diferenças e que a inclusão seja não somente uma imposição apontada pelas leis. É necessário que os estudantes realmente estejam incluídos na escola tendo o acesso a uma educação de qualidade.

O termo inclusão corresponde ao ato de incluir, acrescentar e a proposta da inclusão escolar tem a intenção de assegurar o direito à educação de qualidade para todos, respeitando as peculiaridades de cada sujeito em um ambiente acolhedor, capaz de promover um espaço de aprendizagem e interação a favor do pleno desenvolvimento do aluno.

A perspectiva inclusiva já vem sendo discutida em muitos documentos, como por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, visto que, em seu artigo 59, garante no currículo: métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para a inclusão escolar.

Mas quais seriam esses métodos, técnicas e recursos, será que os professores estão recebendo uma formação que possibilite promover tal inclusão em sala de aula? Ao chegar à sala de aula, eles possuem recursos, materiais pedagógicos para atuar com os alunos em suas diferentes necessidades?

Essa ideia de inclusão tem como fundamento uma escola capaz de inserir estudantes excluídos, seja em relação à cor, classe social, sexo e não somente ao aspecto da deficiência como pensa a maioria das pessoas, porém os estudantes com deficiência que possuem mais dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, na maioria das escolas, as condições são precárias, quando é necessária acessibilidade arquitetônica, por exemplo, e assim, acaba por não atender as necessidades mais básicas dos estudantes como a mobilidade. Desse modo, a inclusão escolar que tem como objetivo uma participação social efetiva, é prejudicada.

Em relação ao nosso campo de estudo, a surdez, não há preparação das escolas para atender as necessidades educacionais das pessoas surdas, por exemplo, com ênfase na definição de propostas pedagógicas relacionadas a uma política da surdez e da linguagem de sinais (LIMA, 2004).

Diante dessa discussão, o papel da escola inclusiva se baseia na busca de uma educação que proporcione aos seus estudantes o acesso e permanência ao ensino-aprendizado, levando em consideração suas necessidades e potencialidades, no caso dos estudantes surdos, sua especificidade tanto linguística, quanto cultural.

Quando se fala em inclusão de surdo no ensino fundamental, é necessário levar em consideração os aspectos linguísticos e culturais pertencentes à sua comunidade como fator de equidade de condições para o desenvolvimento pleno do indivíduo, tendo como principal canal de comunicação à língua de sinais, que está presente nas escolas devido ao movimento da comunidade surda que lutou pelos seus direitos, e em 2002, a língua brasileira de sinais, foi reconhecida como meio de comunicação no País e em 2005, o decreto 5.626 regulamenta essa lei como também a inclusão da Libras nos cursos de formação de professores como obrigatória, como também sobre a formação do professor e instrutor de Libras, sendo esses marcos históricos na educação dos surdos no Brasil.

A Lei mais recente no País, que abrange esse tema, é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Lei nº 13.146 de Julho de 2015, que possui como principal objetivo “a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

Segundo o artigo 2º da (LBI):

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Como é mencionado no próprio artigo, considera-se pessoa com deficiência aquela que possui impedimento de longo prazo seja qual for à natureza, que devido o encontro com barreiras não pode ter igualdade de participação na sociedade, são as barreiras que mais impedem as pessoas do que a deficiência em si de exercer qualquer atividade.

E relacionado à pessoa surda, a maior barreira é a língua, pelo fato da língua majoritária usada no país ser a oral e não possuir conhecimento acerca da língua de sinais, assim, as maiores dificuldades das pessoas surdas é a comunicação, seja em hospitais, escolas, igrejas, nos locais públicos e assim, acaba tendo o seu direito aos serviços básicos negados.

A LBI no capítulo IV que fala sobre o direito à educação, em relação à educação dos surdos, no artigo 28, inciso IV, traz que deve haver para o estudante, a “oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas”.

A escola inclusiva não conta com o ensino apenas na primeira língua da pessoa surda no Brasil, que é a Libras, há o intérprete que é responsável por mediar à comunicação entre os agentes escolares.

No entanto, só o intérprete não faz com que a escola seja inclusiva, em que só ele pode “ajudar” o estudante, pois é fundamental que a inclusão ultrapasse essa visão, que muitas vezes pode está aliada ao sentimento de assistencialismo, podendo prejudicar seu aprendizado.

2.1 UM POUCO SOBRE A PESSOA SURDA

Um dos marcos na história da educação da pessoa surda foi o segundo Congresso em Milão. De acordo com Fernandes e Moreira (2014, p.53):

Era 1880. Na Europa e na América, vivia-se o auge da controvérsia envolvendo metodologias de ensino que contrapunham fala e língua de sinais como meios de instrução e comunicação nas escolas de surdos. Em Milão, na Itália, durante o Segundo Congresso Internacional de Educação de Surdos, a decisão de proibir a língua de sinais e seu legado cultural no processo educacional de surdos teria impactos definitivos para a vida das pessoas surdas nos próximos cem anos.

O maior impacto desse congresso foi à proibição da língua de sinais, assim as pessoas surdas foram submetidas a várias técnicas de oralização, de repetição, ao uso de aparelhos auditivos, sendo processos dolorosos, tanto fisicamente quanto psicologicamente, deixando vários traumas, sendo esse método chamado de oralismo.

Em 1970 surgia a comunicação total, derivada do “descontentamento com o oralismo e as pesquisas sobre línguas de sinais deram origem a novas propostas pedagógico-educacionais em relação à educação da pessoa surda” Lacerda (1998, p. 4) e que assim, possibilitou que o uso da língua de sinais novamente fosse utilizada.

Essa comunicação total se configurou como um movimento como o próprio nome já diz, em um período em que era aceitável qualquer forma de comunicação, fosse à

oralização, o uso de gestos de mímica, o importante era que houvesse a comunicação.

E atualmente, temos o bilinguismo corresponde ao uso de várias línguas, que nesse contexto se refere a libras como primeira língua materna da pessoa surda, e a língua portuguesa como segunda língua escrita e que de acordo com Lacerda (1998, p.4):

O modelo de educação bilíngüe contrapõe-se ao modelo oralista porque considera o canal visogestual de fundamental importância para a aquisição de linguagem da pessoa surda. E contrapõe-se à comunicação total porque defende um espaço efetivo para a língua de sinais no trabalho educacional; por isso advoga que cada uma das línguas apresentadas ao surdo mantenha suas características próprias e que não se "misture" uma com a outra. Nesse modelo, o que se propõe é que sejam ensinadas duas línguas, a língua de sinais e, secundariamente, a língua do grupo ouvinte majoritário.

A história da educação de surdos assim como qualquer outro grupo minoritário, sofre com a grande discriminação em relação à maioria ouvinte. Mesmo que seja estabelecida por lei a presença de intérpretes em locais públicos, percebemos que esse direito não lhes é garantido plenamente, não sendo diferente nas escolas, visto que, ainda há um quantitativo insuficiente de intérpretes.

A Lei nº 10.436 dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras, a presença em escolas fundamentais o profissional tradutor e intérprete de Libras e Língua Portuguesa, como requisito de acessibilidade à comunicação e à educação de estudantes surdos em todas as atividades didático-pedagógicas, ou seja, integra-los ao contexto através da Libras e do intérprete, no processo de transformação escolar. Lei essa foi regulamentada em 2005, pelo decreto de nº 5.526.

De acordo com a Política de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva:

A Lei nº10. 436/02 reconhece a Língua brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinados que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia (BRASIL, 2008, p.9).

Considerando a inclusão como princípio educativo que exige formas de ação que deve ser vista com seriedade e, tendo como base o pressuposto de que para que ocorra a inclusão da pessoa surda, é indispensável mecanismos específicos de comunicação entre o estudante surdo e os demais da sala, e o domínio da Libras é importante para essa comunicação.

Foi comprovada a incapacidade da escola para educar o surdo nos moldes convencionais, devido a sua vocação pra a permanência dos processos pedagógicos, sendo constatado que a Libras é o recurso inicial necessário pra a verdadeira emancipação dos surdos e sua inclusão tanto escolar quanto social (CARVALHO 2007, p.33).

Um dos grandes impasses que os estudantes surdos enfrentam na educação escolar se deve pela forma em que se estrutura as propostas educacionais nas escolas, prejudicando seu potencial cognitivo, sócio afetivo, linguístico e político-cultural. Para que se pense em inclusão, antes se deve pensar em que processos curriculares e pedagógicos precisam ser criados para atender a essa diferença, considerando a escola aberta para todos e, portanto, verdadeiramente inclusiva.

Deve ser garantido à criança surda o direito à inclusão desde a educação infantil, até a educação superior, tendo direito a utilizar todos os recursos que necessitar para superar as barreiras e exercício da cidadania. Havendo assim, a promoção do desenvolvimento, que terá que sofrer com as modificações da relação social, onde as limitações mais se evidenciam. Muito se fala em educação inclusiva, porém, é necessário que antes de tudo, se pense em uma educação que atenda as especificidades de cada grupo, e assim, juntos com os representantes, se desenvolva o que melhor se enquadra para atender as necessidades educacionais dos estudantes. Uma carta elaborada por sete doutores surdos, enviada ao ministro Mercadante, revela a insatisfação do ensino que na maioria é oferecido aos alunos surdos, esse documento afirma que:

“A política de educação inclusiva permitiu um crescimento espetacular, de forma que os estudantes com deficiência convivem com os outros alunos e os outros alunos convivem com eles” nos angustia, pois queremos conviver com os demais cidadãos brasileiros, sim, mas queremos, acima de tudo, que a escola nos ensine. A educação inclusiva, grande parte das vezes, permite o convívio de todos os alunos entre si, mas não tem garantido o nosso aprendizado, o aprendizado dos surdos. (CARTA ABERTA AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO, 2012).

Essa carta busca por uma escola bilíngue que corresponda integralmente às necessidades linguísticas dos estudantes surdos, no entanto, temos as escolas inclusivas, que por lei deve proporcionar ao estudante surdo o instrutor e intérprete de libras para que assim, possam ter acesso ao conteúdo curricular.

De acordo com Lopes (2007, p. 27):

Processo de inclusão pressupõe que as diferenças tenham espaço dentro do currículo escolar, que as diferenças vozes possam dizer de si. Todavia, os processos de inclusão fomentadas no país falam de adaptações curriculares de formação rápida de docentes (quando existem).

Como propõe Lopes, a adaptação dos currículos é fundamental, onde seja apresentado, por exemplo, materiais visuais para que os estudantes possam ter uma melhor compreensão dos conteúdos, mas sabemos que uma formação inicial rápida não dá os subsídios necessários para que os professores possam atuar trazendo um ensino de qualidade, garantindo os direitos de todos os estudantes.

É fundamental também a compreensão do professor da sala de aula fundamental para necessidade linguística do estudante surdo para que ele possa ajudar no acesso ao conhecimento, conhecimento esse que, muitas vezes só acontece quando se faz uma formação continuada na área.

No caso do estudante surdo, a inclusão também não pode ser vista somente pelo acesso a Libras, Chiella (2007, p. 148) diz que:

A escola, por sua vez, com a intenção de acompanhar a mobilização surda e de modernizar as suas práticas, vai buscar no currículo surdo o acolhimento da cultura surda e da Libras, mantendo o lugar da surdez (ainda entendida como limite e não traço de uma diferença).

Sendo assim, é importante a compreensão da surdez como uma diferença linguística e não como incapacidade de aprendizado e desenvolvimento dos estudantes.

Para Lacerda e Lodi (2014, p. 14):

Quando se opta pela inserção do aluno surdo na escola fundamental, esta precisa ser feita com cuidados que visem garantir a possibilidade de acesso a conhecimentos que estão sendo trabalhados, além do respeito por sua condição linguística e, portanto, de seu modo peculiar de ser no mundo. Isso não parece fácil de ser alcançado.

A surdez como diferença linguística, traz toda uma carga cultural, onde a língua viso-espacial propõe uma cultura de entender o mundo a partir do olhar, se constituindo como um estilo de vida e não como algo passageiro, sendo importante que os profissionais compreendam e assim, atuem de forma que os estudantes possam estar efetivamente incluídos na escola.

E, esse ambiente, como já foi dito, deve ter todos os profissionais que se comuniquem com os estudantes para que eles sejam autônomos na escola, exercendo sua cidadania.

E nesse aspecto, há questionamentos sobre a formação de tais profissionais. De acordo com Padilha (2014, p. 114):

Alunos surdos e ouvintes devem compartilhar conhecimentos na chamada escola inclusiva, o que exige escolhas coerentes, tanto teóricas quanto no que se refere às práticas pedagógicas. Esse é um dos focos possíveis para a discussão do papel da escola, da formação docente e da democratização do ensino.

Para que os estudantes compartilhem de tais saberes, a prática dos professores deve ter como base o conhecimento teórico, onde, por exemplo, na matriz curricular da formação de professores, há apenas uma disciplina durante a formação e que somente isso não contempla todos os tipos de deficiências, das necessidades e particularidades de cada tipo de especificidade.

Ou seja, na formação inicial, os professores não possuem acesso a um conhecimento mais profundo, acerca das pessoas com deficiências em suas diversas áreas, Uma vez que são poucas as instituições que tratam esses conteúdos mais aprofundados. Algumas ainda oferecem uma disciplina na matriz curricular, entretanto, muitas vezes, de forma aligeirada, e se não houver uma formação continuada, os professores chegam à sala de aulas com várias dificuldades, sem saber lidar, sem conhecer as deficiências que os estudantes possuem e assim, não apresentam em sua prática pedagógica, métodos que possam favorecer o desenvolvimento dos estudantes e a escola acaba sendo inclusiva apenas por ofertar a matrícula ao estudante.

A inclusão se torna um desafio maior porque o professor começa a construir seu conhecimento na sua prática pedagógica, no dia a dia na sala aula, em que se não há o conhecimento teórico, o experimental é utilizado tendo como base a concepção de cuidado, de incapacidade dos estudantes, perpetuando assim, os modelos que os considerando incapazes e inferiores.

Muitos professores que possuem alunos com algum tipo de necessidade específica culpabiliza a falta de formação durante sua formação inicial, continuada, e continua sendo o aluno, prejudicado em seu desenvolvimento.

Ainda para Padilha (2014, p. 117):

Formação não se recebe como um pacote fechado que se pode abrir e nele encontrar objetos dos quais precisamos para uma ou outra tarefa – é um processo que demanda, entre tantas outras circunstâncias, duas que me parecem fundamentais: “conhecimento específico” e “educação filosófico-sociopolítica”. nenhuma delas, nem conhecer nem de educar politicamente, é fruto de genialidade, mas, ao contrário, de muito esforço, muito trabalho: fruto de um desejo de saber para fazer e de pensar sobre o feito.

Ou seja, é necessário um conjunto de saberes que não se define somente dentro de uma prática pedagógica ou somente numa dimensão teórica, é importante o diálogo entre esses dois campos, teoria e prática, ela deve fazer parte de uma visão maior sobre o que é inclusão para além da pessoa física está na escola e buscar transformar o espaço, transformar a realidade em que se encontra.

Também sobre esses saberes, Tardif (2014), nos traz que o profissional se constitui de diferentes saberes, nos quais são provenientes de diversas fontes, sendo construído de acordo com a necessidade do professor. A partir da forma como a inclusão é vista pelo docente, através de todas essas fontes sociais, vai refletir em dois aspectos de forma prática em sala de aula, que é o currículo escolar e a metodologia de ensino utilizada que precisa ser adaptada a especificidade do estudante surdo, adaptados a sua necessidade linguística, dessa forma, é essencial que o professor tenha conhecimentos acerca da surdez, das suas especificidades, que compreenda a partir do âmbito social e não numa visão clínica, que torna o estudante incapaz e assim possua uma prática pedagógica em que o mesmo tenha um desenvolvimento de suas habilidades.

2.2 A INCLUSÃO E A SALA DE AULA COM ESTUDANTES SURDOS

Nesse processo de inclusão, a participação familiar é importante porque deve realizar o acompanhamento do desenvolvimento do estudante, trabalhando em conjunto, possibilitando um trabalho mais significativo, realizado em parceria escola e família.

Souza (2009, p. 8) afirma que:

Uma boa relação entre a família e a escola deve estar presente em qualquer trabalho educativo que tenha como principal alvo, o aluno. A escola deve também exercer sua função educativa junto aos pais, discutindo, informando, orientando sobre os mais variados assuntos, para que em reciprocidade, escola e família possam proporcionar um bom desempenho escolar e social às crianças.

Esse trabalho coletivo voltasse ao aprendizado que o principal objetivo, tanto da escola como dos pais, um ensino que possibilite o desenvolvimento da criança, tanto cognitivo, como o afetivo e social e quando a escola e a família atuando juntos, o resultado torna-se qualitativo.

Em uma escola que possua estudantes surdos, deve haver a presença do intérprete de Libras, que de acordo com a Lei 12.319, de 2010, este profissional possui como função essencial, traduzir e interpretar a língua portuguesa, tendo como atribuição:

I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa; II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares.

Ou seja, ele deve apenas ser um mediador da comunicação, o papel de ensinar é do professor fundamental na sala de aula, fato que não impede que haja um planejamento coletivo entre os agentes escolares, professor, intérprete, instrutor, por exemplo.

Já o instrutor de Libras é o profissional que deve fazer o ensino da língua, e que, de acordo com a legislação, preferencialmente possa ser uma pessoa surda, pois os estudantes precisam de uma representação, de uma identidade cultural.

O papel do instrutor é também é fundamental na escola para que os estudantes surdos possam ter uma formação cultural e para que haja mais profissionais surdos, essa escola inclusiva de hoje precisa formar esses profissionais.

As crianças ouvintes se comunicam com seus pais e familiares desde o nascer, através de gestos, do choro, até começar a falar, elas aprendem por repetição e assim vão construindo e expandindo os conhecimentos, como aponta Lacerda e Lodi (2014), no entanto com os estudantes surdos é diferente, pois a maioria dos surdos são filhos de pessoas ouvintes, e o contato com a língua de sinais ocorre tardiamente somente na escola, por isso é importante o papel do instrutor desde a educação infantil nas escolas, para que o estudante possa comunicar-se através de uma língua e não apenas por gestos e mímicas, e possa

também construir sua identidade como pessoa surda. De acordo com Lacerda (2006, p. 167):

A inclusão escolar é vista como um processo dinâmico e gradual, que pode tomar formas diversas a depender das necessidades dos alunos, já que se pressupõe que essa integração/inclusão possibilite, por exemplo, a construção de processos linguísticos adequados, de aprendizado de conteúdos acadêmicos e de uso social de leitura e da escrita, sendo o professor responsável por mediar e incentivar a construção do conhecimento através da interação com ele e com os colegas.

É importante também que os conteúdos curriculares sejam apresentados, explorando espaço visual, que os estudantes possam compreender os conteúdos da melhor forma possível e não se torne uma barreira em seu desenvolvimento, à língua de sinais é viso-espacial, a visão é o sentido mais utilizado e ao trazer elementos visuais vai despertar o interesse dos alunos.

De acordo com Chiella (2007, p.14 6):

Para as escolas, uma das dificuldades em trabalhar com um currículo que respeite a diferença surda está nos poucos profissionais com formação em educação ou áreas diretamente relacionadas à formação escolar e linguística no mercado de trabalho.

Mesmo após uma década do reconhecimento da língua de sinais, da fundamentalização da lei, do profissional tradutor intérprete de Libras, a maior das dificuldades é trabalhar com um currículo que respeite a necessidade linguística do estudante surdo, assim como as dificuldades específicas na formação inicial e até na própria formação continuada dos professores.

Assim, a dificuldade principal dos estudantes surdos não é a inclusão em si, mas a forma como ela deveria ser realizada. Góes e Barbeti (2014, p.127) destacam que:

A Inclusão escolar de alunos surdos vem sendo feita geralmente por sua inserção da rede fundamental, sem condições diferenciadas de ensino ou com ajustes pequenos na organização de serviços complementares. Essa forma de encaminhamento denuncia a concepção de inclusão como circunstância que é facilmente viabilizada – se o aluno com necessidades educacionais especiais está na sala comum, ele é, por definição, um aluno incluído.

Lacerda aponta que (2014, p. 17):

Para atender os anseios da política nacional de inclusão escolar se faz necessário o desenvolvimento de uma série de reflexões no interior da escola pública visando alterar profundamente seu modo de atender e atuar como sujeitos com necessidades educativas especiais.

Ou seja, para que a inclusão possa ser efetiva, promovendo uma aprendizagem qualitativa, envolve vários fatores como a formação de professores, a infraestrutura física das escolas, materiais pedagógicos, participação familiar, interação entre os estudantes, aspectos esses que são essenciais para que a escola inclusiva possa ser realizada de forma qualitativa no que é mais importante para os estudantes, que é a aprendizagem e a formação cidadã.

Em relação à formação de professores, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, traz que no seu art. 3º que:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior [...] 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

O ensino da Libras como obrigatória na formação de professores já é um ganho enorme, pois garante que se tenha o mínimo de conhecimento acerca da surdez e quando tiverem alunos surdos em sua sala de aula, não sejam pegos de surpresa, no entanto ainda é insuficiente, pois apenas uma disciplina não possibilita que o professor tenha total conhecimento do universo da surdez e assim, ele precisa buscar mais conhecimentos para poder atuar em sala de forma que estudante possa aprender.

Conhecimentos esses que irão trazer ganhos no sentido de poder inovar sua prática pedagógica com materiais pedagógicos mais diversificados e adequados como vídeos com legendas e interpretações em Libras, matérias concretos para que os estudantes aprendam de forma significativa os conceitos. É indispensável o uso de recursos visuais, pois a pessoa surda usa a língua visoespacial.

O intérprete tem um papel importante na escola inclusiva, pois ele se torna o elo entre o estudante surdo e os demais agentes escolares, professores, alunos, funcionários.

Como afirmam Lacerda e Bernardino (2014, p. 65):

Quando se insere um intérprete de língua de sinais a sala de aula, abre-se a possibilidade de o aluno poder receber a informação escolar em sinais por meio de uma pessoa com competência nessa língua. O acesso e o contato com essa língua na escola podem favorecer o desenvolvimento e a aquisição de novos conhecimentos de forma ampla e adequada pelo aluno surdo.

Os estudantes surdos não podem ficar isolados em sala de aula, eles possuem os mesmos direitos e deveres que todos os outros, segundo Padilha (2014, p. 114).

Alunos surdos e ouvintes devem compartilhar conhecimentos na chamada escola inclusiva, o que exige escolhas coerentes, tanto teóricas quanto a discussão do papel da escola, da formação docente e da democratização do ensino.

Assim como destaca Góes (2002, p. 37), “o desenvolvimento da criança surda deve ser compreendido como processo social, e suas experiências de linguagem concebidas como instâncias de significação e de mediação nas suas relações com a cultura, nas interações com o outro”. Em relação ao processo de interação, esse é um dos meios que mais favorecem o aprendizado dos indivíduos.

E um dos aspectos essenciais em todo esse processo é a mediação. De acordo com Rego (2003, p. 42), sobre a obra de Vygostky (2003), aponta que “entende-se assim que a relação com o mundo não é uma relação direta, pois é mediada por meios, que se constituem nas “ferramentas auxiliares” da atividade humana”, numa ação de estímulo, resposta e elo intermediário ou elemento mediador.

A obra de Vygostky é pautada no desenvolvimento humano, na relação dos indivíduos, dentro de uma concepção histórico social em que a partir do trabalho, o homem transforma a natureza e a si mesmo. O homem possui a capacidade de criar ferramentas, de planejar e executar ações, isso tudo através dos instrumentos e signos criados pela sociedade e dentro de todas essas ações, a mediação está presente.

Ainda sobre a mediação, Oliveira (1997, p. 26), afirma que:

Um conceito central para a compreensão das concepções vygotskianas sobre o funcionamento psicológico é o conceito de mediação. Mediação em termos genéticos é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação, a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento.

Trazendo esse conceito de mediação para o campo da educação, o professor possui o papel de fazer a ligação entre o conhecimento e o estudante, em propiciar esse espaço, em estimular a curiosidade, a motivá-los dentro do processo de ensino e aprendizagem, ou seja, a forma como o professor realiza essa mediação, influência diretamente no desempenho dos estudantes.

E para isso, voltamos mais uma vez, ao ponto da formação inicial e continuada para que o professor possa estabelecer esse contato com o estudante surdo e fazer essa mediação do acesso aos saberes.

Vasconcelos (2006) aponta alguns aspectos relevantes, no campo da inclusão na educação de surdos para que se tenham mudanças qualitativas, os quais são: a educação básica, onde os surdos adquiram a língua de sinais em tempo adequado, junto de surdos adultos e ouvintes que façam uso da Libras, capacitações em língua de sinais, para professores de diversas áreas até adquirirem fluência, também variações metodológicas orientando a prática pedagógica dos professores, e como item fundamental, a conscientização e sensibilização quanto ao ser surdo, deixando a visão de incapacidade, investindo em suas potencialidades.

Como podemos notar, não é uma ação individual, mas um conjunto de elementos que juntos possibilitam um espaço inclusivo, como o professor e seu conhecimento acerca da surdez, sua concepção e como ele atua a partir desse seu conhecimento, a aquisição da Libras pelo estudante, que precisa do instrutor, do intérprete, da participação da família, da interação com o outro, de materiais pedagógicos que explorem a dimensão visual, ou seja, é um trabalho coletivo.

A escola inclusiva precisa ser um lugar onde os estudantes surdos possam aprender, interagir com todos e não um excluído incluído e para que isso aconteça, a escola como um todo precisa compreender o que é a inclusão de fato e assim poder ser efetivá-la de forma que os estudantes surdos não sejam mais prejudicados em seu desenvolvimento, que essa esfera ultrapasse a escola e esteja presente na sociedade como um todo.

3 METODOLOGIA

Entende-se que a metodologia é um conjunto de técnicas e métodos aplicados com um determinado fim de atingir o objetivo desejado de uma pesquisa.

Nesta perspectiva, Motta-Roth e Hendges (2010, p. 111) denomina a metodologia como “um conjunto de ações que busca investigar, analisar e avaliar determinada questão ou problema em dada área do conhecimento”.

Assim, como denomina Calado (2004, p. 57):

A metodologia de um trabalho científico define a forma a ser (no caso de projetos) ou que foi (no caso dos relatórios de pesquisa) utilizada para a realização do mesmo. Trata-se de elucidar qual o tipo de pesquisa, seu universo e amostra, quais serão (ou quais foram) os sujeitos da pesquisa, quais serão (ou foram) os instrumentos utilizados para a coleta de dados, assim como esses dados deverão ser (ou foram) tratados e em quanto tempo o estudo será realizado (quando se tratar de projeto).

Para a efetivação da pesquisa utilizamos o método indutivo, que para Severino (2003), é um procedimento de generalização, partindo de um contexto particular para o universal, investigando o fenômeno de forma mais específica trazendo recortes da realidade.

Diante da proposta da pesquisa, já mencionada no decorrer do trabalho, partimos da necessidade de compreender como ocorre o processo de inclusão de estudantes surdos em uma sala de 2º ano do ensino fundamental da rede de ensino do município de Garanhuns.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Para efetivação desta pesquisa, utilizamos a pesquisa de campo com abordagem qualitativa do tipo etnográfica, uma vez que segundo Oliveira (2008 p.37) abordagem qualitativa é “um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação”, ou seja, possibilitando o contato direto do pesquisador com seu objeto de estudo, através da observação e de entrevistas, posteriormente analisados e interpretados.

De acordo com Ludke e André (2012) a pesquisa do tipo etnográfica, é o resultado da descrição de significados culturais de um determinado grupo, o pesquisador é inserido no campo de estudo com imersão na realidade do seu objeto.

A escolha por realizar a pesquisa de campo se deu por acreditarmos que o contato direto com o objeto a ser estudado facilita a compreensão, já que podemos observar o fenômeno tal como ele ocorre.

Como instrumento de coleta de dados, utilizamos a observação e a entrevista semiestruturada. Ludke e André (2012) apontam a observação como instrumento de investigação científica, mas para que isso ocorra, deve ser controlada e sistemática, havendo um planejamento e uma preparação do observador. Segundo as autoras, a entrevista permite a captação imediata e corrente da informação desejada, e por ser semiestruturada, o entrevistador não se detém apenas as questões previamente selecionadas.

3.2 O CAMPO DA PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO

A pesquisa foi realizada em uma escola Municipal de Garanhuns/PE, que oferece o ensino fundamental, ofertados nos horários da manhã e tarde. A escolha da escola se deu por meio da Secretaria de Educação do município, por ser uma escola que já tem em seu histórico a presença de estudantes surdos frequentando o ensino fundamental, e também por ser de melhor acesso. Devido ao curto tempo, e o período de recesso dos estudantes, só foi possível realizar 3 (três) momentos de observações, tendo a participação de uma professora, da intérprete e de 3 (três) estudantes surdos.

Um dos critérios para atender as necessidades propostas para a pesquisa era ser uma sala de aula composta por estudantes ouvintes e surdo(s), professor e intérprete, pois buscamos compreender como ocorre o processo de interação entre os estudantes surdos com os demais, e a concepção da professora, a respeito das dificuldades apontadas para desenvolver uma prática inclusiva.

Foram realizadas 3 observações, numa sala de 2º ano do ensino fundamental. A sala continha 20 alunos matriculados, dentre eles, 3 alunos surdos, com faixa etária de 7 à 9 anos, a professora regente e uma intérprete.

Seguindo critérios éticos, as identidades dos participantes e da escola onde foi realizada a pesquisa serão mantidas em sigilo, ganhando assim, uma nova identidade, a fim de preservar os participantes. Desse modo, estaremos dando os nomes aos estudantes surdos de estudante A, B e C. A professora, estaremos chamando-a de Laura, e a intérprete de Paula, estando de acordo com o que Flick (2013, p. 211) sugere, “os leitores de uma publicação não devem ser capazes de identificar os indivíduos como entrevistados”.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Tabela 1 – Estudantes Surdos

Estudantes	Idade	Contato com a comunidade surda	Situação de aprendizagem
A	8	Sim. Na família - irmãos	Estágio de múltiplas combinações
B	8	Sim. Na família - irmãos	Estágio de múltiplas combinações
C	7	Não	Estágio de 1 sinal

De acordo com o que foi relatado pela professora e pela intérprete, os estudantes A e B apresentam mais fluência na Libras, embora, ainda estejam no processo de alfabetização. Segundo os relatos, o fato se dá por já estarem inseridos em um ambiente onde há presença constante do uso da Libras pela família. O outro aluno apresenta maiores dificuldades tanto na aprendizagem, quanto ao uso da Libras, porém de acordo com os relatos, já houve um avanço, sendo que o mesmo já está acompanhando as atividades que são propostas a ele, sendo essas,

diferenciada das demais, enquanto os outros dois, acompanham as atividades do grupo.

É importante ressaltar que dois dos alunos convivem em um contexto em que na família são 5 (cinco) irmãos surdos, o que facilita a aquisição da língua natural, além de terem iniciado seus estudos ainda na Educação Infantil. Quanto ao estudante C, o outro estudante surdo, seu desenvolvimento foi prejudicado por não haver o contato com a comunidade surda, e também por ser seu primeiro ano na escola.

Tabela 2 - Docentes

Docentes	Nome	Formação	Tempo de atuação	Contato com a comunidade surda
Professor Fundamental	Laura	Pedagogia UPE	24 anos	Não
Intérprete	Paula	Pedagogia UFRPE- UAG Letras/ Libras UFPB Especialista em Ed. Inclusiva e Libras	7 anos	Sim

A tabela a cima, apresenta a formação da professora e da intérprete, o tempo de atuação das mesmas, e se há contato com a comunidade surda.

4 ANÁLISE DE DADOS

Nesta pesquisa, apresentaremos os resultados obtidos e analisamos como ocorre o processo de inclusão de alunos surdos em uma turma de 2º ano do Ensino

Fundamental, identificando as práticas da professora no auxílio do processo de interação.

Para atingir os objetivos propostos pela pesquisa, utilizamos como instrumentos de coleta a entrevista semiestruturada e a observação.

As situações observadas em sala de aula e os depoimentos coletados em entrevista com a professora e com a intérprete foram apresentados em tabelas, onde foi feita a relação com o referencial.

4.1 OBSERVAÇÃO EM SALA DE AULA

Durante as três observações realizadas em uma turma de 2º ano do ensino Fundamental, foi possível perceber que em sala de aula os estudantes surdos sentavam sempre próximos, e junto, a intérprete, fazendo a interpretação e a mediação entre os estudantes surdos e a professora. A mesma não ficava à frente da turma pelo fato de a sala de aula ser muito apertada, o que dificultava tanto a locomoção, quanto a presença de uma professora e de uma intérprete na frente.

Assim como os ouvintes, os estudantes surdos estavam sempre interagindo entre si. Foi possível perceber que a falta de interação entre surdos e ouvintes se dava pela falta de compreensão na comunicação, contudo, havia a preocupação por parte da professora em não distancia-los. Sobre uma visão Vygotskyana, Góes (2002) afirma que o desenvolvimento da criança surda se dá pelo processo social, ou seja, pela interação com o outro. Para isso, a professora propôs atividades que possibilitasse trabalhar a interação com os demais do grupo.

Observamos que de vez ou outra, sempre se aproximava algum estudante tentando a comunicação através de gestos e mímicas, o mesmo ocorria com a professora, que não tinha a comunicação direta com eles, pois a mesma não tinha conhecimento da língua de sinais. Assim como destaca Lopes (2007), é de suma importância à compreensão do professor fundamental para necessidade linguística do estudante surdo contribuindo com o acesso ao conhecimento, conhecimento esse que muitas vezes só há com uma formação continuada na área.

Mesmo que o acesso à escola seja garantido aos estudantes com deficiência, neste caso, o estudante surdo, como está previsto na LDB (1996), apenas a presença de um intérprete, não garante que a escola, e o ensino sejam inclusivos. Para incluir, é necessário o compromisso de educar contemplando as

especificidades tanto linguísticas, quanto cultural. Contudo, como ressalta Carvalho (2007), um dos principais recursos necessários para a inclusão do estudante surdo é a Libras, porém, Lacerda e Lodi (2014) ressaltam sobre a importância dos profissionais compreenderem suas peculiaridades e assim, atuar de forma que possam efetivamente incluí-los na escola.

1° DIA DE OBSERVAÇÃO

O primeiro dia de observação aconteceu no dia 12 de junho de 2018, estando presente neste dia 14 estudantes, entre eles, 3 surdos, a professora regente e a intérprete.

- A aula iniciou com a acolhida, após todos os estudantes estarem acomodados em seus respectivos lugares, a professora deu início à atividade no livro de Língua Portuguesa. Foi possível perceber que dois dos estudantes surdos acompanharam as atividades proposta pela professora, sempre com a mediação da intérprete. Quanto ao outro estudante surdo, a intérprete entregou uma atividade diferenciada dos demais. Sempre auxiliando ao aluno ajudando-o no entendimento da atividade, ao mesmo tempo em que buscava apresentar novos sinais referentes à atividade.

- Intervalo

- Após o retorno do intervalo, a turma foi dividida em 3 grupos, dando início a aula de Matemática. A professora entregou o material dourado, e solicitou que apenas os cubinhos que representavam as unidades ficassem expostos sobre a mesa. Tanto a professora, quanto a intérprete relataram que um dos fatos que dificulta os trabalhos em grupos se dá pela falta de espaço, sendo a sala muito estreita, dificultando a locomoção e a interação entre trabalhos em grupos. Na atividade de Matemática trabalhou a adição, onde foi utilizado o material dourado como suporte.

De acordo com o primeiro dia observado, percebemos que houve a participação dos estudantes surdos durante as atividades, porém, apenas dois acompanham as atividades propostas ao grupo, enquanto o outro estudante realizava atividades diferenciadas pensadas pela intérprete junto com a professora.

Durante conversas com a intérprete, ela relata que dois dos estudantes com surdez, conseguem acompanhar as atividades com mais facilidade, pois estes já passaram por outros anos de escolaridade, e já tiveram contato com intérpretes, outro fato que nos foi dito, e que é importante salientar, é que esses dois estudantes são gêmeos, vindos de uma família composta por mais 3 (três) irmãos surdos, ou seja, já tem uma base na língua natural, facilitando na aprendizagem da segunda língua no contexto escolar, mesmo ainda, estando num processo de alfabetização, conseguem formar frases com múltiplos sinais. O outro estudante, por não ter contato com surdos fora do contexto escolar, e por ser seu primeiro ano na escola, ainda apresentava dificuldades com a língua de sinais, estando no estágio¹ de 1 (um) sinal. Ainda de acordo com a intérprete, é perceptível o avanço que o mesmo teve, pois no início do ano, ele não conseguia fazer nem as atividades de cópia, e que sua comunicação era apenas por gestos e mímicas.

De acordo com a Lei 12.319 de 2010, toda escola que possui estudantes surdos deve haver a presença do intérprete de Libras, cuja função primordial, é a tradução e interpretação da língua portuguesa, para a língua de sinais e vice versa, sendo apenas um mediador na comunicação, e que ao professor, cabe o papel de ensinar. No que foi observado, notamos que a professora e a intérprete estavam sempre interagindo entre si, buscando desenvolver um trabalho em parceria, de modo que contribuiu para a aprendizagem dos alunos.

Talvez, o que facilite essa interação entre intérprete e professora, seja por sua formação, que além de intérprete, onde subentende-se que a mesma tenha os conhecimentos necessários para atuar na área da surdez, é formada em Pedagogia e Letras/Libras, dando assim subsídios para seu fazer pedagógico, reforçando o trabalho da professora.

A professora, mesmo não sabendo se comunicar por Língua de sinais, estava sempre atenta a esses estudantes, durante as atividades passava por suas bancas observando se os mesmos estavam acompanhando, além de ter a preocupação de perguntar à intérprete como estava o desenvolvimento deles.

Durante a entrevista com a professora, lhe perguntado sobre as dificuldades em trabalhar práticas inclusivas em sala de aula, nos foi respondido:

¹ Segundo Lyons (1987, p. 252), a aquisição da linguagem é o “processo que resulta no conhecimento da língua nativa”, pois tal língua não é ensinada, mas adquirida naturalmente de forma natural.

“As dificuldades são muitas, porém a vontade de atingir os objetivos de ensino e aprendizagem são superiores a tais dificuldades. Vejo como principal dificuldade não ter a formação para receber os portadores de necessidades especiais, por outro lado, tudo se torna possível quando temos o compromisso para o educando”.



Imagem1:

Leandro junto com a professora em uma atividade de associação entre o objeto e o sinal

Embora sabendo das lacunas deixadas pela formação inicial do professor, é necessário que haja um comprometimento com a educação, não deixando que o estudante tenha seu desenvolvimento prejudicado. Por melhor que seja a formação do professor, não tem como contemplar todas as áreas das deficiências, porém, é preciso ter noções, para assim desenvolver práticas inclusivas. É o que Padilha (2014) destaca:

Formação não se recebe como um pacote fechado que se pode abrir e nele encontrar objetos dos quais precisamos para uma ou outra tarefa – é um processo que demanda, entre tantas outras circunstâncias, duas que me parecem fundamentais: “conhecimento específico” e “educação filosófico-sociopolítica”. Nenhuma delas, nem conhecer nem de educar politicamente, é fruto de genialidade, mas, ao contrário, de muito esforço, muito trabalho: fruto de um desejo de saber para fazer e de pensar sobre o feito.

A professora menciona que mesmo diante das dificuldades já apresentadas, ela procura sempre inserir os estudantes às atividades que propõe para a turma, contudo, ela ressalta que tudo é possível pela presença da intérprete na sala de aula. A mesma cita um exemplo de uma atividade que realizou com os estudantes, onde estavam trabalhando com sons, e que mesmo tendo estudantes que não

ouviam, ela procurou métodos que eles percebessem as variações dos sons através das vibrações emitidas, ou seja, não podemos dizer que essa professora não tem comprometimento com eles, pois até mesmo em atividades mais complexas ela procurou inseri-los ao meio, contudo, não podemos diminuir a responsabilidade quanto à necessidade de aperfeiçoamentos para sua formação.



Imagem 2:

Está presente os três estudantes surdos realizando as atividades com o auxílio da intérprete

2º DIA DE OBSERVAÇÃO

O segundo dia de observação aconteceu no dia 26 de junho de 2018, estando presentes nesse dia 16 estudantes, dentre eles, 3 surdos, a professora regente e a intérprete.

- Após a acolhida, a professora pediu que os estudantes transcrevesse o texto contido no livro de Português para o caderno. Dois dos estudantes surdos acompanharam as atividades proposta pela professora, com a mediação da intérprete, enquanto o outro estudante surdo realizou uma atividade sugerida pela intérprete.

- Intervalo

- Após o retorno do intervalo, retomaram a atividade, respondendo ao questionário do livro tendo como base o texto transcrito no caderno.

- A aula foi finalizada com disposição em um tapete com cartas, onde os estudantes pudessem fazer a associação da figura com o nome correspondente.

No segundo dia observado, os estudantes realizaram uma atividade de transcrição de um texto do livro para o caderno. Apenas os irmãos realizaram a atividade juntos com a turma, enquanto o outro estudante surdo realizou outra atividade entregue pela intérprete.

Segundo a intérprete, os irmãos surdos apresentam características diferentes na personalidade. De acordo com Paula (intérprete), Lucas apresenta mais concentração na realização das atividades no caderno, não apresentando a mesma concentração e coordenação ao uso da Libras. No caso de Leandro, a situação é inversa, nas atividades, por exemplo, sempre demora mais para copiar, a caligrafia não é tão legível quanto ao do irmão. Já na comunicação com a Libras, é mais desenvolvido.

Finalizada a atividade realizada no livro, a professora colocou um tapete, e nele colocou peças que continha imagens, nas quais eles teriam que fazer a associação com a palavra correspondente. A prática usada pela professora teve a intenção de favorecer a interação entre os estudantes.

Perguntamos para a professora: em sua metodologia o que você faz para que o estudante interaja nas aulas e atinja os objetivos de aprendizagem de modo satisfatório? Ela nos respondeu: *“procurou utilizar diversas formas de passar o*

conteúdo, até obter os resultados satisfatórios, dentro das capacidades do educando, seja através da arte, teatro, música, imagens, jogos entre outros”.

Tanto para Góes (2014), quanto para Lacerda (2014), a inclusão não pode ser vista apenas pela inserção do aluno na rede fundamental, é preciso pensar nos serviços complementares, e em práticas inclusivas que contemplem suas especificidades como, por exemplo, as estratégias utilizadas pela professora nessa pesquisa.



Imagem 3:

Essa imagem retrata a interação entre os alunos através de atividade de associação

A imagem 3 (três) apresenta uma prática usada pela professora, cuja intenção foi o favorecimento da interação entre os estudantes, por meio de atividade de associação entre a imagem e o nome correspondente, deste modo, a interação, possibilita a geração de novas experiências e conhecimentos entre os estudantes, não permitindo, que a “diferença” os distancie.

3° DIA DE OBSERVAÇÃO

O terceiro dia de observação aconteceu no dia 03 de julho de 2018, estando presente neste dia 10 estudantes, entre eles, 2 estudantes surdos, a professora regente e a intérprete;

- Após a acolhida deu início falando sobre água. Foram apresentados vários questionamentos sobre o tema. Em seguida, foi feita a contação da história: “O camelo, o burro e água”, história composta apenas por imagens. Foi solicitado aos estudantes a construção de cartazes, com o intuito de que fosse expresso os entendimentos deles;

-Intervalo;

- Após o retorno do intervalo, foram apresentados os cartazes pelos estudantes;

- Jogo memória.

Foi possível perceber que há uma grande parceria entre a professora e a intérprete, contribuindo para um bom desempenho tanto no ensino, quanto na aprendizagem. Em entrevista com intérprete, perguntamos sobre suas contribuições para o ensino-aprendizagem dos estudantes surdos para obter a aprendizagem de modo satisfatório: *“Depende da didática e empatia do professor para que tudo se harmonize no todo”*, ou seja, é imprescindível que haja esse trabalho em equipe. Lacerda e Bernardino (2014) afirmam a importância do intérprete para o acesso e o contato da Libras na escola, favorecendo o desenvolvimento e a aquisição de novos conhecimentos de forma ampla e adequada para o estudante surdo.

Quando perguntamos à intérprete sobre como se estabelece a comunicação dos alunos surdos com os demais alunos: *“acontece de forma natural pela necessidade de comunicação. Com crianças se dar de forma natural, eles mesmos criam estratégias de comunicação, misturando sinais e gestos...”*

Com o jogo da memória, percebemos que mesmo a comunicação oral sendo forte influenciadora na interação humana, não determina o contato da pessoa surda com os demais, ou ainda, que não pode haver interação com os ouvintes. Durante o jogo da memória, percebemos que a condição de ser surdo não prejudicou na realização do jogo. Por ser um jogo utilizando um material concreto, visual, facilitou para os estudantes surdos, pois esse universo é o que se faz presente em seu cotidiano. Sobre a perspectiva de Padilha (2014) alunos surdos e ouvintes devem ter

seus conhecimentos compartilhados, trabalhando num processo inclusivo, onde não há distanciamento entre os sujeitos, e que a falta do conhecimento da Libras não impede a comunicação e interação entre eles.

Contudo, não devemos pensar em inclusão como algo isolado, mas como algo que envolve o professor compreendendo as especificidades do aluno, o intérprete, o instrutor, a interação entre todos envolvidos, as práticas e os materiais, além da participação da família.



Imagem 4:

Essa imagem representa o momento em que a intérprete está fazendo a mediação para os estudantes surdos

A intérprete além de ter a função de traduzir e interpretar, se constitui também como uma mediadora no processo de ensino e aprendizagem, trabalhando sempre em parceria com a professora, levando atividades complementares para os estudantes surdos, desempenhando também o papel do instrutor, que seria de ensinar a língua de sinais.



Imagem 5:

Essa imagem representa um momento de interação entre os alunos propiciada pelo momento do jogo da memória

Momentos como esses, são muitos significativos para o aluno, além de propiciar momentos de interação entre os estudantes, contribui para a aprendizagem do educando.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como se configura o processo de inclusão de estudantes surdos em uma sala de 2º ano do ensino fundamental.

Diante das observações realizadas, percebemos que mesmo que a escola ofereça o acesso ao estudante com deficiência, assim como está previsto tanto na Constituição, quanto na LDB, é preciso assegurar ao educando uma educação de qualidade, respeitando as peculiaridades de cada sujeito. Sendo assim, não podemos concluir que o ambiente observado se configura como uma escola inclusiva. Ao se tratar da inclusão do estudante surdo, observamos que os mesmos, estão inseridos em um ambiente em que apenas a intérprete realiza uma comunicação satisfatória como os mesmos, enquanto com colegas e com a professora se comunicam apenas por gestos e mímicas. Uma escola para incluir

uma pessoa com deficiência deve pensar primeiramente em seu currículo, nas práticas pedagógicas a serem utilizadas e na metodologia em que permita que o educando seja atuante, gozando assim de seus direitos, os quais estão previstos por lei, e não apenas a inserção no ensino fundamental.

As dificuldades relatadas pela professora foram atribuídas à sua formação inicial, porém, sabemos que a formação do professor não é capaz de lidar com todas as deficiências, cabendo assim, buscar aperfeiçoamentos que lhe deem uma base de como trabalhar numa perspectiva inclusiva, tendo a aprendizagem como uma das maiores metas do educador com o estudante, o que não é diferente com o estudante surdo, sendo que este necessita de maiores aparatos pedagógicos para que a aprendizagem ocorra, como a preparação e formação e até mesmo com a formação e função desempenhada pela pessoa que o acompanha na tradução da língua, no caso, a intérprete.

Durante as atividades, a intérprete sempre esteve fazendo além da interpretação do português para a Libras e vice-versa, a mediação da língua no processo de ensino e de aprendizagem da professora com os estudantes, e também colaborando com ideias para o planejamento das práticas pedagógicas. As atividades desenvolvidas com os estudantes surdos apresentavam a mesma proposta dos demais, porém, como 1 (um) dos 3 (três) não estava no mesmo nível de aquisição da língua que os outros, quando necessário suas atividades eram diferenciadas, respeitando assim o acompanhamento do seu desenvolvimento, sendo essas, adaptadas para aquisição da língua no processo de alfabetização.

Em relação à prática da professora no processo de interação entre os estudantes surdos com o grupo, notamos que diante sua fala em entrevista, e pelas observações, que mesmo havendo dificuldades na comunicação, a professora estava sempre procurando estratégias que facilitavam a interação do grupo, seja por atividades coletivas, por meio de representações, contação de história, buscando fazer com que todos participassem das atividades.

Dessa forma, pressupomos que a inserção de estudantes surdos no ensino fundamental, não assegura que esses estejam incluídos, pois, há diversos fatores que compõem esse universo, desde a formação do educador, propostas pedagógicas, intérprete, instrutor, envolvimento escola/família entre tantos outros, assim como foi analisado durante a pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 26/05/2018.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em 26/05/2018.

BRASIL. **Declaração de Salamanca sobre princípio, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 26/03/2018.

BRASIL. Casa Civil. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso em 26/03/2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 26/11/2017.

BRASIL. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961)**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 26/11/2017.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9961-decreto-5626-2005-secadi&Itemid=30192. Acesso em 26/03/2018

BRASIL. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 26/03/2018.

BRASIL. **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm. Acesso em 02/07/2018.

CALADO, S.dos S; Ferreira, S.C dos R. Análise de documentos: método de recolha e análise de dados. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos>.

CARTA ABERTA AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO. Elaborada pelos sete primeiros Doutores Surdos brasileiros, que atuam nas áreas de educação e linguística, 2012. Disponível em: <http://www2.unirio.br/unirio/cchs/educacao/grupos-de-pesquisa> Acesso em 16/04/2018.

CARVALHO, Paulo Vaz de. Breve Historia dos Surdos no Mundo, SurdUniverso; 2007.

CHIELLA, Vânia. E. **Inclusão do aluno surdo**: mudança na forma de olhar os surdos. *IN*: LOPES, Maura. C; DAL'LGNA; Maria. C. (Orgs). **In/exclusão**: nas tramas da escola. Canoas: Ed. ULBRA, 2017.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA. Laura. C. **Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro**. Disponível: < <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe-2/05.pdf>> Acesso 02/07/2018.

FLICK, Uwer. Questões éticas na pesquisa social *In*: **Introdução à Metodologia na Pesquisa**: Um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

GÓES, M. C. R. de; BARBETI, R. S. As interações da criança surda no espaço do recreio e sua formação bilíngue *IN*: LACERDA, Cristina; LODI, Ana. (Orgs). **Uma escola, duas línguas**: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. 4. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

GÓES, M. C. R. de. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002. P. 97.

LACERDA, Cristina; LODI, Ana. A inclusão escolar bilíngue de alunos surdos: princípios, breve histórico e perspectivas. *IN*: LACERDA, Cristina; LODI, Ana. (Orgs). **Uma escola, duas línguas**: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. 4. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LACERDA, Cristina; BERNARDINO, Bruna. M. O papel do intérprete de língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. *IN*: LACERDA, Cristina; LODI, Ana. (Orgs). **Uma escola, duas línguas**: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. 4. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LACERDA. Cristina B. F. de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. Cad. CEDES vol.19 n.46 Campinas Sept. 1998. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32621998000300007>>. Acesso em 26/03/18.

LACERDA, Cristina B. F. de. A inclusão escolar de alunos surdos: O que dizem alunos, professores e intérpretes sobre estas experiências. Cad. Cedes, Campinas, v. 26, n. 69, p.163-184, maio/ago.2006.

LIMA, N. M. F. de. **Currículo e surdez**: parâmetros para a inclusão de surdos na rede pública fundamental de ensino. João Pessoa: Dissertação de Mestrado/PPGE, 2004.

LOPES. Maura. C. **Inclusão escolar**: currículo, diferença e identidade. *IN*: LOPES, Maura. C; DAL'LGNA; Maria. C. (Orgs). **In/exclusão**: nas tramas da escola. Canoas: Ed. ULBRA, 2017.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U, 2012.

LYONS, J. **Linguagem e Linguística**: Uma Introdução. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

MOTTA- ROTH, Désirée e HENDGES, Graciela. Artigo Acadêmico: Metodologia. In: **Produção Textual na Universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 110 a 124.

OLIVEIRA, M. K. Vygotsky: **Aprendizagem e desenvolvimento**: um processo sócio-histórico. 4ed. São Paulo: Spcione, 1997

PADILHA, Anna. M. L. Desafio para a formação de professores: alunos surdos e ouvintes na mesma sala de aula? *IN*: LACERDA, Cristina; LODI, Ana. (Orgs). **Uma escola, duas línguas**: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. 4. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

REGO, T. **Vygotsky**: Uma perspectiva histórico-cultural da Educação. Ed. Vozes: Petrópolis, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Teoria e Prática *In*: **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SOUZA. Maria. E. P. **Família/escola**: a importância dessa relação no desempenho escolar. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1764-8.pdf>> Acesso em 02/07/2018. .

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional** - Petrópolis, RJ : Vozes, 2014.

WALBER, Vera. B; SILVA, Rosane N. **As práticas de cuidado e a questão da deficiência**: integração ou inclusão? Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v23n1/v23n1a04.pdf>> Acesso em 02/07/2018.

APÊNDICES

Entrevista semiestruturada aplicada com a professora da sala pesquisada

1. Qual a sua formação?
2. Quanto tempo atua como educadora?
3. Para você o que significa educação inclusiva?
4. Você sente dificuldades em trabalhar práticas inclusivas? Porquê?
5. Qual foi seu primeiro contato com a proposta da educação inclusiva? Como você se sentiu?
6. Em sua metodologia o que você faz para que o aluno interaja nas aulas e atinja os objetivos de aprendizagem de modo satisfatório?
7. Como você avalia a condição da escola como um todo, no que concerne à adaptação para uma educação efetivamente inclusiva?
8. A inserção do intérprete de língua de sinais interfere significativamente no processo de ensino/ aprendizagem do estudante?
9. Quais aspectos você considera fundamentais para que no contexto escolar se efetive a proposta da Educação Inclusiva?
10. Quais aspectos você apontaria como mais difíceis no processo de inclusão?
11. Como se estabelece a comunicação dos estudantes surdos com os demais alunos?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A INTÉRPRETE

Entrevista semiestruturada aplicada com a intérprete da sala observada

1. Qual a sua formação?

2. Quanto tempo atua como intérprete?
3. Para você o que significa educação inclusiva?
4. Qual foi seu primeiro contato com a proposta da educação inclusiva? Como você se sentiu?
5. Como você avalia a condição da escola como um todo, no que concerne à adaptação para uma educação efetivamente inclusiva?
6. Quais aspectos você considera fundamentais para que no contexto escolar se efetive a proposta da Educação Inclusiva?
7. Qual prática pedagógica que melhor favorece no processo de interação entre os alunos surdos e seus pares?
8. Quais aspectos você apontaria como mais difíceis no processo de inclusão?
9. Como se estabelece a comunicação dos alunos surdos com os demais alunos?